



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**GICÉLIA SANTOS ANDRADE
KLEBERSON SILVA SOUZA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA
EFETIVA INCLUSÃO.**

**NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE
Novembro de 2015**

**GICÉLIA SANTOS ANDRADE
KLEBERSON SILVA SOUZA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA
EFETIVA INCLUSÃO.**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado em forma de Plano de
Intervenção em cumprimento a uma
das exigências para obtenção do título
de especialista no Curso de
Especialização em Direitos Infanto-
Juvenis no Ambiente Escolar (Escola
que Protege).**

**Eixo temático:. Escola como Espaço de
Promoção da Cidadania e Medicação
de Conflitos.**

Professora Orientadora: Profa. MsC
Flávia Tenório.

**NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE
Novembro de 2015**



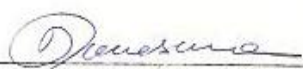
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA- CESAD
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO
AMBIENTE ESCOLAR "ESCOLA QUE PROTEGE".



COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção dos/as discentes Kleberson Silva Souza e Gicélia Santos Andrade sob o título "*Educação inclusiva: da exclusão às possibilidades para uma efetiva inclusão*", defendido e aprovado em 28 de novembro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:


Prof. MSc. Flávia Priscila Souza Tenório
Presidente


Prof. Dr. Adriane Alvaro Damascena
Membro Titular


Prof. MS. Washington Santos Oliveira
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Eu, Kleberson Silva Souza agradeço a mim e a Gicélia pela paciência e vontade para com a conclusão desse curso. Também não posso esquecer minha mulher, a qual amo e que não negou fazer café e comida enquanto eu estava estudando. Ao meu cachorro Duck por momentos de serenidade, nos quais ele me acompanhou várias vezes durante passeios da madrugada. Sou imensamente grato à tutora Anabelle pela paciência e a orientadora Flávia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar nessa trajetória do curso e em todos os momentos de minha vida, aos professores Ferdinando e Itanamara, ao anjo Flavia Tenório que foi escolhida para nos orientar, ao meu esposo Kleiton pelo incentivo e por aturar e ouvir minhas respostas dos módulos no decorrer do curso mil e uma vezes, a minha família que me apóia em todos os momentos.

Aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial-CAPS luz do Sol em especial (Armando, Ana Paula, Edivânia, André Cristian e Bruna) que foram o combustível para elaboração desse trabalho.

Agradeço também a coordenadora da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves Leila, a todos e a todas que fazem parte dessa escola pela disponibilidade em nos receber.

Agradeço a Universidade Federal de Sergipe e aos que fazem o curso Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege) por oportunizar tantos saberes e trocas de experiências, envolvendo o aluno e aluna com a rede de proteção social que existe no município, mostrando que o professor e a professora não estão sozinhos e que existem meios alternativos e soluções para os casos vivenciados no dia-a-dia na escola.

Grata ao meu amigo, colega de curso, parceiro de TCC, Kleberson (Binho), por escolher essa temática e nos empenharmos nessa ideia, valeu muito Binho.

Gicélia Santos Andrade

RESUMO

O presente trabalho, intitulado Educação Inclusiva: "Da exclusão às possibilidades para uma efetiva inclusão", na escola Municipal Presidente Tancredo Neves no município de Nossa Senhora da Glória/SE, tem como objetivo sensibilizar os gestores e comunidade escolar para que se tenha uma política efetiva de educação inclusiva no município, faz-se necessário, portanto, investigar se as salas de recursos da escola para pessoas com necessidades educacionais especiais estão sendo utilizadas e ocupadas por aqueles que precisam, se há estrutura física e material da sala e, se os professores que atuam em sala foram capacitados para as funções destinadas. Ao identificar se a população está sendo atendida no que se refere aos direitos do aluno na educação especializada, objetiva-se também com esse trabalho informar para a população sobre os direitos da pessoa com deficiência e as respectivas políticas públicas que os mesmos podem ter acesso. A metodologia utilizada baseia-se em documentos bibliográficos sobre a educação inclusiva; a pesquisa é documental; o método utilizado é dialético; a definição da pesquisa é quantitativa, qualitativa e estatística, se classifica também como exploratória por meio da aplicação de questionários aos alunos da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves com deficiência intelectual, adultos que não tiveram acesso à educação e seus respectivos genitores. Para alcançar tais objetivos, procurou-se entender o que é a educação inclusiva a partir da compreensão do que é a política de inclusão social.

Palavras-chaves: Educação inclusiva, Deficiência intelectual, acessibilidade, políticas públicas de inclusão social.

RÉSUMÉ

Ce travail, intitulé L'éducation inclusive: «De l'exclusion à les possibilités de prise en compte effective" dans le Président de l'Ecole municipale Tancredo Neves dans la commune de Nossa Senhora da Glória / SE, vise à sensibiliser les gestionnaires et la communauté scolaire afin d'avoir une politique l'éducation inclusive efficace dans la municipalité, il est donc nécessaire de vérifier si les salles de ressources de l'école pour les personnes ayant des besoins éducatifs spéciaux sont utilisés et occupés par des personnes dans le besoin, si il ya la structure physique et la matière vivante et, si le enseignants qui travaillent dans la salle de classe ont été formés pour les fonctions prévues. Pour déterminer si la population est satisfaite en ce qui concerne les droits de l'élève dans l'enseignement spécial, l'objectif est également de ce travail pour informer la population sur les droits des personnes handicapées et de leurs politiques publiques auxquels ils peuvent accéder. La méthodologie est basée sur des documents bibliographiques sur l'éducation inclusive; la recherche documentaire est; la méthode est dialectique; la définition de la recherche quantitative, qualitative et statistique, se classe ainsi que explicative par l'application des questionnaires aux étudiants de l'École Municipale Président Tancredo Neves ayant une déficience intellectuelle, les adultes qui ont pas eu accès à l'éducation et à leurs parents. Pour atteindre ces objectifs, nous avons essayé de comprendre ce que l'éducation inclusive à partir de la compréhension de ce qu'est la politique d'inclusion sociale.

Mots-clés: L'éducation inclusive, déficience intellectuelle, l'accessibilité, les politiques publiques pour l'inclusion sociale .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 A educação escolar	14
1.2 O conceito de deficiência intelectual e suas variáveis	16
1.3 A educação inclusiva como direito do cidadão	17
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	21
2.1 Identificação da escola	21
2.2 A comunidade escolar	21
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	27
3.1 Delimitação do problema	27
3.2 Justificativa	28
3.3 Objetivos	29
3.4 Metodologia	29
3.5 Cronograma	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE – Questionários	38
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

A educação é um dos instrumentos mais eficazes para o processo de inclusão social. Para que esta ocorra, o uso de estratégias e mecanismos tornam-se indispensáveis para a transformação desse ideal em realidade. Por tratar-se de um direito social, a educação possibilita a concretização dos conceitos inclusivistas. No entanto, é inegável que nossas escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais dos mais variados tipos.

Na busca da melhoria de acesso às escolas, para as pessoas com necessidades educacionais especiais, a constituição da república de 1988, no inciso I do artigo 206, institui a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, promovendo o bem estar de todos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

De acordo com a Declaração Universal dos direitos humanos de 1948, todos são iguais perante a lei. Na década de 50, foram proclamados os direitos da criança (20112/1959), cujo princípio 5º dispõe que, para criança incapacitada física ou mentalmente, ou que sofra impedimentos, serão proporcionados o tratamento, educação e os cuidados especiais exigidos pela condição peculiar. Na linha de ação sobre necessidades educacionais especiais, a Declaração de Salamanca assim como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional- LDBN, nº 9.394/1996, em seu Capítulo V nos mostra que a Educação Especial é definida como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais, perpassando transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior (BLATTES, 2006).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, que estabelece leis e diretrizes da educação Nacional para que todos tenham direito a educação, em todos os níveis desde a creche a universidade – os mais variados tipos de educação foram englobados, a exemplo da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino a distância.

Dentro deste contexto e, diante da demanda de alunos e alunas com deficiência, foram instituídos novos documentos que tratam da questão da educação especial como a lei: 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos

para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000); e o Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências (BRASIL, 2011).

Para melhor compreensão acerca da Educação inclusiva, foram apreciados e analisados alguns documentos em âmbito nacional, os quais foram elaborados para que os órgãos responsáveis com a Educação, no Brasil, possam tê-los como base para a efetivação de uma política pública de educação especial na perspectiva inclusiva.

Os documentos analisados foram: a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 que assegura os direitos sociais e individuais da pessoa com deficiência; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1.996; esta lei entende-se por deficiência transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação; na Lei nº 10.845 de 05 de março de 2004 institui a complementação ao atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência de acordo com a ordem temporal.

Segundo expresso no Art. 208, inciso III da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988). O inciso III do referido artigo regulamenta o atendimento especializado para pessoas com deficiência na rede regular de ensino. A Lei 7.853 de 1989 também consolida as normas de proteção à pessoa com deficiência.

As leis foram analisadas para melhor entender os processo legais no âmbito da educação em nosso país e, para efetivação das mesmas nas escolas, em destaque a Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, localizada no município de Nossa Senhora da Glória, pois ao decorrer deste curso tivemos um maior conhecimento no que se refere aos processos de ensino/aprendizagem, contrapartida da família no processo de cuidar, diante desses documentos analisados pode-se ter um melhor conhecimento no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência e portanto, foi possível fazer uma análise do que é preconizado na lei com o que é exercitado na prática.

A educação inclusiva oportuniza educar todos os alunos e alunas em um mesmo ambiente escolar transformando-o em um local para todos, com as formas apropriadas de aprendizado, favorecendo a construção de igualdade e diferenças no

ambiente de ensino regular, respeitando os valores uns dos outros (UNESCO & MEC, 1994).

Considerando a afirmação acima como algo necessário e que deve ser efetivado, surge a motivação para realização deste trabalho. A partir de relatos de jovens e adultos com

deficiência intelectual, estes tiveram seus direitos violados no acesso à educação, pois quando crianças não foram contempladas com a educação inclusiva, e de acordo com os familiares recebiam sempre as mesmas respostas como: “***ele não tem como ficar aqui***”. Diante disto, criam-se barreiras para um desenvolvimento social da criança, gerando consequências nesses sujeitos e sua família, devido à fragilização do sistema público e a falta de políticas públicas efetivas capazes de ofertar a educação especial inclusiva.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a efetivação da política de educação inclusiva na escola Municipal Presidente Tancredo Neves situada na Avenida Oeste, 440 – Bairro Novo Horizonte em Nossa Senhora da Glória – SE. Essa escola segundo a professora entrevistada e confirmação da coordenadora a escola recebe desde 2001 recursos do Ministério da Educação para trabalhar com educação inclusiva, especificamente, para criação e desenvolvimento da sala de recursos, mas devido às dificuldades de estrutura a sala foi somente organizada e aberta ao público em abril de 2015.

A Escola Municipal Presidente Tancredo Neves foi escolhida devido ao grande número de alunos com deficiência intelectual e por causa da falta de acessibilidade física da escola, considerando que, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, acessível é “o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência”. (ABNT, 2002).

Diante das observações feitas em sala de aula percebe-se que há um grande quantitativo de alunos em sala, dificultando o trabalho desenvolvido pelo professor, principalmente no que se refere a atender melhor àqueles que necessitam de educação especial.

Após compreender a realidade da escola, esse trabalho resultará em um plano, o qual irá sugerir estratégias que possibilitem ao aluno e a aluna, em sala de aula, uma maior participação nas atividades em sala regular e acesso à sala de recursos

multifuncionais, tendo como foco pedagógico, o ensino. Para tanto, houve a necessidade de saber se a sala funciona adequadamente e como os professores e as professoras trabalham com a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais. Objetiva-se também, pesquisar, na perspectiva da educação inclusiva, como funciona e como essa perspectiva está sendo implementada na escola. Para alcançar tais objetivos, foi realizada a aplicação de questionários com jovens e adultos com deficiência intelectual.

A motivação em trabalhar essa temática vem da necessidade de contribuir com as pessoas que ainda hoje sofrem por falta de acesso à educação especial pela fragilização do sistema educacional brasileiro.

Desse modo, o presente projeto de intervenção tem como objetivos específicos: analisar o acesso à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar regular de ensino; identificar a existência de profissionais capacitados para trabalhar com a demanda estudada; descrever os recursos existentes para auxiliar no desenvolvimento da educação inclusiva e verificar a participação da família no ambiente escolar.

A Escola Municipal Presidente Tancredo Neves não possui Regimento Escolar próprio. A coordenadora da instituição de ensino disponibilizou um Regimento Escolar de 1999, que serve como orientação para todas as escolas situadas no município de Nossa Senhora da Glória que possuem Projeto Político Pedagógico.

O universo desta pesquisa é composto por dezesseis (16) sujeitos, dentre eles: um (01) professor com especialidade em educação inclusiva, uma (01) a coordenadora da escola e seis (06) alunos do 4º ano com necessidades educacionais especiais, no Centro de Atenção Psicossocial, quatro (04) adultos com deficiência intelectual que não tiveram acesso à educação inclusiva e seus quatro (04) respectivos genitores, sendo que a pesquisa foi realizada entre março e julho de 2015. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários, os mesmos foram aplicados no mês maio como instrumento de coleta de dados.

A pesquisa de campo foi iniciada com a aplicação de questionários com uma professora com 48 anos, formada em língua portuguesa pela Universidade Tiradentes no ano de 2008 e que possui Especialização em Atendimento Educacional Especializado. A mesma nos passou informações referentes à sala de recursos da escola. Esse espaço funciona de segunda a sexta-feira nos horários matutino e vespertino. Ficou evidente

nas informações respondidas no questionário que existem dificuldades para trabalhar o público estudado.

Outro sujeito que respondeu ao questionário foi a coordenadora da escola, que tem 40 anos, possui licenciatura plena em geografia e Especialização em gestão e educação. A mesma nos passou informações acerca da dinâmica do cotidiano na escola e as dificuldades encontradas. Alguns pais e responsáveis que se encontram excluídos do ambiente escolar, ou seja, que não participam diretamente dele, também foram ouvidos.

A metodologia escolhida para implementação do projeto “Educação inclusiva: da exclusão às possibilidades para uma efetiva inclusão”, que será desenvolvido na escola Municipal Presidente Tancredo Neves permitirá que as famílias e a população infanto-juvenil no ambiente escolar sejam conscientizadas sobre direitos e melhorias no ambiente escolar, e a articulação desses direitos com a rede de proteção social do município, os Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Conselho Tutelar e o Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, com isso, causando impacto social positivo na vida dos alunos e da família.

O trabalho está estruturado em introdução e mais três capítulos, que ilustrarão trabalho sobre Educação Inclusiva. O capítulo primeiro trata do referencial teórico e as leis que regulamentam a inclusão da pessoa com deficiência na escola; o segundo capítulo, contextualiza e explica como estão sendo aplicadas as formas de educação inclusiva na escola em estudo; o terceiro capítulo refere-se à análise de dados obtidos na pesquisa e a elaboração do projeto de intervenção.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Educação escolar

A escola deve ser um ambiente acolhedor para que os alunos e as alunas se sintam seguros ao entrar e sair. Conforme expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), capítulo IV no título: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Art. 53: “criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

O ambiente escolar deve buscar formas de incentivar os estudantes com atividades recreativas lúdicas, focando na cultura local, através de atividades musicais e dança, fazendo com que a criança e o adolescente mostrem sua arte, ou desperte sua vocação, buscando, assim, estimular a participação de alunos e alunas com necessidades especiais, através de atividades culturais junto com os demais alunos e alunas. Com essas iniciativas, pressupõe-se que os alunos irão considerar a escola como um lugar seguro e acolhedor.

É preciso que todos os direitos sejam efetivados para que a inclusão seja plena. Partindo da premissa de que o modelo educacional vigente está para servir ao mercado, o processo de uma escola para todos vai depender de uma ação conjunta entre a sociedade civil organizada (organizações não governamentais, sindicatos, conselhos de várias entidades, etc.) e a comunidade escolar.

Conforme Ragazzi, “incluir é, antes de mais nada, prestigiar as diversidades existentes no ser humano, não somente tolerar ou respeitar, pois, muitas vezes não são visíveis, mas ocorrem efetivamente” (RAGAZZI, 2010, p.48). Esse processo ocorre de forma gradual a partir da conscientização dos agentes envolvidos e deve ocorrer de forma total e irrestrita para gerar oportunidades e reverter os quadros que desencadeiam a exclusão de vários segmentos sociais.

Segundo Sasaki, “a sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população” (SASSAKI, 2002, p, 16). Esse processo teria sido substituído

pelo atendimento segregado no interior de instituições, o que possibilitou, em seguida, a prática de integração e a “inclusão social para modificar os sistemas gerais” (SASSAKI, 2002, p, 16).

Sassaki (2002) teorizou sobre a diferença entre integração e inclusão. Segundo ele, a integração social seria a prática pela qual se derrubaria a exclusão social a qual os deficientes foram historicamente submetidos. É nesse sentido que surgem, no interior das instituições, setores especializados para atender os deficientes. As décadas de 1960 e 1970 marcaram o desenvolvimento dessas instituições especializadas, já a de 1980 representa o avanço dessa tentativa de interação. “A integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa que possui algum tipo de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja, de alguma forma capacitado, a superar barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente” (SASSAKI, 2002, p.34). Já em relação à inclusão propriamente dita, o autor conceitua a inclusão social “como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (2002, p. 41). Dessa maneira, os adeptos da inclusão se baseiam no modelo social de deficiência e promovem a aceitação e a valorização dessas pessoas, enfatizando as diferenças de forma positiva a fim de criar um novo tipo de sociedade: a inclusiva.

Para Jairo de Paula (2004), “a integração é, em última instância, um processo de fornecer aos alunos com deficiência uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido da satisfação das suas necessidades individuais” (PAULA, 2004, p.35). Nesse sentido, para ele, o professor desempenha um papel essencial na busca desse objetivo, pois esse profissional é um dos fatores que mais contribuíram para o sucesso de qualquer medida de interação de uma criança deficiente.

Partindo para uma abordagem histórico-cultural da deficiência intelectual, devemos levar em consideração o pensamento de Vygotsky, que marcou profundamente o pensamento elaborado por estudiosos brasileiros, principalmente a partir da década de 80, do século passado. Vygotsky evidencia a relação entre desenvolvimento individual e social. A deficiência mental aparece como algo construído socialmente, devido à impossibilidade de separar o sujeito biológico do social. O modelo médico de deficiência vigente é o responsável direto pela resistência da sociedade em aceitar e lidar com as pessoas com de necessidades especiais. Ele procura adequar ao máximo a

pessoa com deficiência aos padrões sociais vigentes, daí surge o princípio da normalização, cujo pressuposto central é de que pessoas com necessidades especiais, principalmente os com deficiência mental, têm o direito de experimentar um padrão de vida comum à sua cultura. Surge a necessidade de criação de práticas inclusivas no ambiente social como um todo e, especialmente no ambiente escolar e que atenda às necessidades dos deficientes e os insira no meio social.

1.2 O conceito de deficiência intelectual e suas variáveis

Ao longo do tempo, o conceito de deficiência intelectual foi se modificando devido à influência de fatores sociais, culturais e políticos. As pessoas com deficiências intelectuais foram excluídos do convívio social durante muito tempo, sofrendo com o preconceito. No início do século XX, esse tipo de deficiência passou a ser associado à noção de inteligência, visto que o Quociente de Inteligência (QI) “foi entendido como uma estimativa de potencial intelectual inato, um reflexo de uma inteligência geral, unidimensional e uni determinada, inalterável e não permeável às influências socioculturais e educativas” (BELO; CARIDADE; CABRAL; SOUSA, 2008, p. 4). Essa conceitualização recebeu várias críticas e foi sendo redefinida, havendo ainda hoje falta de consenso quanto a uma definição mais satisfatória. Atualmente, procura-se não superestimar o QI para a elaboração de um conceito mais objetivo de deficiência intelectual. No entanto, a definição que ainda prevalece é a da Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento. Segundo a AAIDD, a deficiência intelectual caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

Marina da Silveira Rodrigues Almeida nos dá uma boa definição do que chamou de *atraso cognitivo*. Para ela a deficiência intelectual ou atraso mental é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. As crianças com atraso cognitivo podem precisar

de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola. No entanto, aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que algumas crianças não consigam aprender algumas coisas como nós, que também não conseguimos aprender tudo.

Marina da Silveira Rodrigues Almeida nos dá uma boa definição do que chamou de *atraso cognitivo*. Para ela:

Deficiência intelectual ou atraso mental é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. As crianças com atraso cognitivo podem precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola. No entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que algumas crianças não consigam aprender algumas coisas como qualquer pessoa que também não consegue aprender tudo. (ALMEIDA, s/d, p. 1)

Dentre as várias causas apontadas pela autora para o “problema”, Marina da Silveira Rodrigues Almeida destaca as condições genéticas, as complicações durante a gestação e parto e aos problemas de saúde da criança. De acordo com as estatísticas, cerca de 2% a 3% das crianças com mais de 6 (seis) anos são diagnosticadas com deficiência intelectual, no entanto, 87% dessas crianças só serão um pouco mais lentas do que a maioria das outras crianças na aprendizagem e aquisição de novas competências, sendo inclusive difícil distingui-las de outras com problemas de aprendizagem sem deficiência intelectual, sobretudo nos primeiros anos de escola. (ALMEIDA, s/d, p.1)

Várias organizações internacionais promovem, até hoje, conferências para discutir e elaborar documentos que possam dar visibilidades às políticas públicas de inclusão das pessoas com necessidades especiais.

1.3 A educação inclusiva como direito do cidadão

Visando a efetivação de uma educação para todos, de 07 a 10 de junho de 1994 foi realizada em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial de Educação Especial,

onde estiveram presentes delegados, representando 88 (oitenta e oito) governos e 25 (vinte e cinco) organizações internacionais. A Declaração de Salamanca estabelece que as crianças com necessidades especiais, assim como todas as outras crianças, têm o direito à educação como elemento para conseguir uma condição adequada de desenvolvimento, para que todas as suas características particulares sejam respeitadas. Para que isso seja efetivado, as escolas devem ser adequadas para acolher todos os estudantes com necessidades especiais. No caso específico do Brasil, temos a *LDB* - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, a mesma foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil (agora sendo obrigatória para crianças a partir de quatro anos); ensino fundamental; ensino médio (estendendo-se para os jovens até os 17 anos). Além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino a distância.

O grande desafio da educação no Brasil é permitir a acessibilidade e a permanência dos alunos e alunas com necessidades educacionais especiais nas escolas já que o aluno com deficiência não era público-alvo das políticas públicas educacionais. Esse tema é repleto de desafios, alguns indivíduos defendem arduamente a inserção dessas crianças e adolescentes na escola, outros, pelo histórico das falhas para a efetivação da educação especial e das concepções sociais, assentam dificuldades de refletir sobre a participação dessas, dentro da escola.

De acordo com Vygotsky, a educação de pessoas com deficiência não deve ser minimalista, nem reducionista e evidencia que o processo de ensino aprendizagem se dá desde a infância, ou seja, a criança se desenvolve pela educação tanto formal quanto informal e “interação sujeito-meio é imprescindível no desenvolvimento de todos os indivíduos, inclusive os com deficiência” (SILVA; OLIVEIRA, s/p, p. 552). A educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais é uma realidade em muitos países e, de acordo com trabalhos desenvolvidos nesse campo, percebemos de que maneira o ambiente escolar vem tentando se adaptar a essa nova realidade. “As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades” (MANTOAN, 1997, *apud* SASSAKI, 2002, p. 114).

A inserção de deficientes intelectuais na educação geral, no Brasil, vem sendo implementada aos poucos e suscitando debates calorosos sobre a melhor maneira de se

realizar essa inclusão. As instituições de todas as naturezas foram se especializando para atender pessoas com os mais variados tipos de deficiência e, não seria diferente com as escolas. Mantoan (2003) diz que há necessidade de se traçar uma nova organização das instituições de ensino, com o objetivo de acolher as diferenças. Segundo ela:

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades – nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. (...) É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza (MANTOAN, 2003, p.34).

Aos poucos o mundo foi se dando conta da importância de se pensar sobre o tema e de criar leis protetivas para os deficientes. Em se tratando do texto legal, o artigo 24 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso XIV, assinala que a proteção e a integração social das pessoas com deficiência são matérias de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Sendo assim, foi elaborada a Lei nº 10.098/2000, editada pela União, a qual apresenta normas gerais sobre a proteção e a integração das pessoas com deficiência, como exposto no artigo abaixo:

Artigo 1º: “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação”. (BRASIL, 2000)

Essa lei garante as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a devida proteção. Mas é preciso que os municípios respeitem a Lei ajustando-a as características locais e efetivando a inclusão.

A Constituição assegura em todo o seu corpo a proteção as pessoas com deficiência e mostra a intenção de se superar a segregação e, a exclusão de impostos por uma sociedade historicamente pautada em critérios de exclusão.

Os Indicadores da Qualidade na Educação da Unesco (MEC, 2007) retratam as várias formas e possibilidades de uma boa escola com as ferramentas que temos no nosso cotidiano, também mostra-nos o quanto avançamos referente à educação em nosso país, mostrando que a escola deve ser criativa e inovadora para conquistas de alunos e comunidade no geral, mas para isso todos devem estar envolvidos, a família e a

rede de proteção social da criança e do adolescente para que assim, consigamos conquistar novos horizontes na escola que não só ensina, protege, ampara e prepara o jovem para o amanhã.

Dessa maneira

o respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais (DE PAULA, 2004, p. 64).

Assim, a educação inclusiva de modo geral faz-se necessária. A inclusão aparece como resultado de uma educação plural, democrática, que valoriza a diversidade humana, celebra as diferenças e contribui para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária para as pessoas com deficiências intelectuais. Para tanto, a transformação do atual paradigma educacional que, por questões históricas, culturais e comportamentais sustenta um perfil excludente da educação brasileira, torna-se indispensável.

2 CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO

2.1 Identificação da escola

A Escola Municipal Presidente Tancredo Neves está situada no município de Nossa Senhora da Glória no alto sertão sergipano, na Avenida oeste, nº440 bairro Novo Horizonte , atende a 487 (quatrocentos e oitenta e sete) alunos, entre os turnos matutino e vespertino, possui cerca de 30 (trinta) professores, 09 (nove) salas de aula, dentre essas 01 (uma) sala de recursos, 01 (um) pátio para recreação, 01 (um) cantinho de leitura montado pelos professores e 01 (uma) sala de vídeo e 08 banheiros. A escola é frequentada por alunos da zona rural e zona urbana, jovens de classe média baixa, onde seus respectivos genitores estão cadastrados em programas sociais, apresentando, em seu contexto social, falta de estrutura familiar, pai desempregado, fome, falta de incentivo dos pais, perda da credibilidade na sociedade, conflitos entre alunos professores e professoras.

2.2 A comunidade escolar

A escola possui o Projeto Político Pedagógico. O PPP é formulado dentro dos processos estruturados na base educacional brasileira, visando o desenvolvimento e aprendizagem como forma de educar cidadãos. Depois de feita a análise no mesmo, percebeu-se a preocupação da comunidade escolar com o desenvolvimento e aprendizagem de alunos e alunas, baseando-se no conteúdo estudado em sala de aula. O projeto visa à melhoria do professor como facilitador no processo de ensino aprendizagem, sempre em busca de qualificação profissional para melhor atender a demanda em sala de aula, enfatizando sempre que o principal objetivo da escola é que os alunos e alunas tenham pleno domínio da leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, compreensão, desenvolvimento social, político e econômico para que a proposta pedagógica seja efetivada.

Sobre a educação inclusiva, destaca-se o trabalho com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, onde jovens são atendidos em uma sala de aula especial. Esta “Sala Especial” é planejada para atender as necessidades intrínsecas de cada um dos indivíduos. Em uma das metades do turno, o aluno é levado para a Sala

Especial, também chamada de Sala de Recursos, onde é desenvolvido um trabalho direcionado ao aprendizado pessoal. Na outra metade do turno, o aluno é incluído na sala de aula com os demais alunos da escola, para o processo de inclusão com jovens de sua idade.

Diante dos questionários aplicados foram constatados que, as crianças que hoje estão na escola e sendo atendidas na sala de recurso, conseguem verbalizar e demonstrar a satisfação em fazer parte do ambiente de ensino. Uma das mães dos adultos, que não tiveram acesso à escola, relata o quão difícil foi o acesso do seu filho ao ambiente escolar e que, o mesmo não teve a oportunidade de ensino. As mães das crianças que atualmente estudam, ainda hoje relatam a dificuldade em deixar seus filhos na escola, pois o professor refere que é necessária a presença da família em sala de aula para lidar com algumas situações.

Os adultos que não tiveram acesso à educação inclusiva apresentam queixas e frustrações por terem sido humilhados e menosprezados na escola, quando crianças, e relataram que hoje só conseguem verbalizar o desgosto e desanimo da falta de oportunidades escolar.

A coordenação da escola relata que está em fase de adaptação no que se refere à acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática, metodológica e atitudinal, para melhor atender a demanda existente. Ela também expressou não ter dificuldades em trabalhar a demanda da pessoa com deficiência por terem professores capacitados, explicou que houve dificuldades no passado por deficiência em investimentos dos materiais didáticos e por não haver ênfase na área da educação inclusiva, transformando-se em uma educação sem inclusão. O professor relata que a teoria é muito diferente da prática e que o aprendizado nas capacitações lhes norteiam para a prática, mas que o professor deve ter sensibilidade para trabalhar a demanda com deficiência intelectual.

Apresentada essa realidade, pretende-se contribuir com a comunidade escolar no que se refere aos direitos básicos sociais e de ensino referente à educação inclusiva com foco nos alunos com deficiência intelectual, com idade entre 09 e 15 anos, cursando o quarto ano do ensino fundamental, para que os responsáveis para efetivação desses direitos, como os gestores e professores, tenham sensibilidade relacionada à educação

inclusiva nesta escola e nas demais do município, criando um ambiente para todos, sem discriminação.

Compreende-se que a inclusão é pertencer independente, não é um termo. A pessoa com deficiência é uma pessoa com nome e sobrenome, a deficiência não é sinônimo de incapacidade, uma escola de qualidade é aquela que consegue atender a sua demanda e que possa adaptar sua forma de ensino, passando o mesmo conteúdo para todos, sem restrição. Sendo que o professor deve estar preparado para repassar, de forma acessível, para aquele aluno e aluna que possui necessidades educacionais especiais, por tais motivos o projeto de intervenção contribuirá na vida dos alunos e familiares, para que os mesmos tenham consciência dos seus direitos e cobranças que devem ser feitas relacionadas à educação inclusiva de qualidade.

Tabela 01- Perfil dos entrevistados

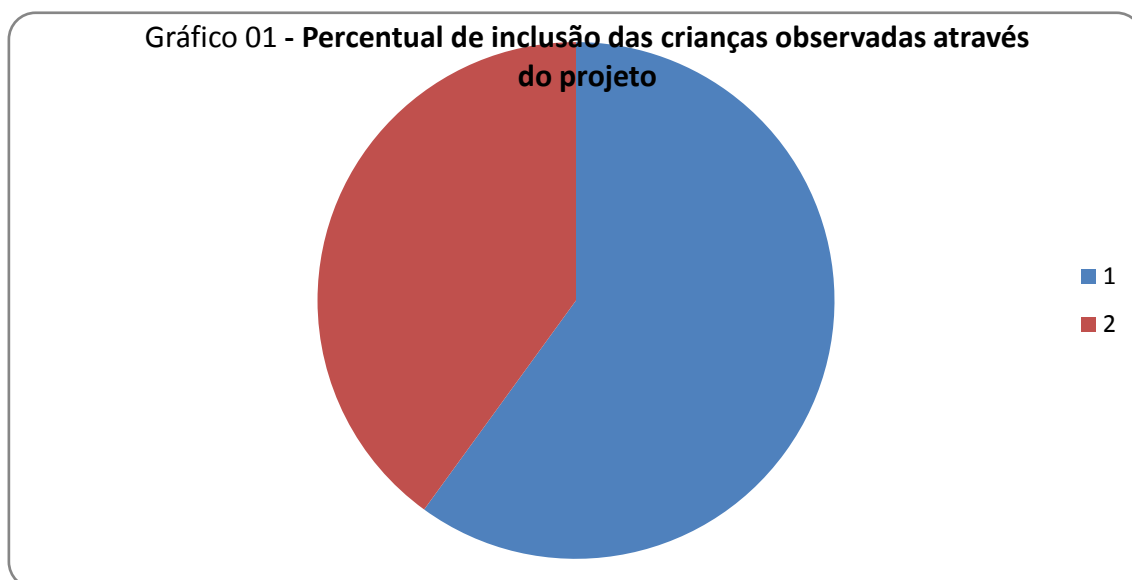
Idade	Quantos	Feminino	Masculino	Dificuldades de acesso	Existe Inclusão (Interagir com colegas)
De 7 a 10 Anos	4	2	2	0	3
De 11 a 14 Anos	2	1	1	0	2

Na análise da amostra dos **questionários aplicados aos alunos da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves**, no município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe. Pode-se dizer que as questões 1, 2 e 3 referentes à idade, sexo e formação, tratam do perfil dos alunos. Sendo que, 50% pertencem ao sexo feminino e os outros 50% ao masculino. Mostrando assim uma tendência de equidade entre os sexos no que diz respeito à necessidade de educação inclusiva. Já se tratando da formação, os questionários mostraram que todos os entrevistados estão cursando o ensino fundamental, o que não foi evidenciado na tabela pelo fato do percentual ser 100% , em relação a todos os entrevistados.

A questão 4 que trata do local de residência dos alunos nos mostra o seguinte cenário:

Zona Rural	Zona urbana
2	4

Na questão 5, que trata da dificuldade ao ter acesso à escola, nenhum dos alunos falaram ter alguma dificuldade relativa ao acesso à escola devido a reforma feita no mês de Julho, tornando a escola um ambiente acessível e acolhedor. A questão 6 complementa a 5ª, de forma a legitimar a interação do aluno com necessidades especiais, com os outros alunos da turma. Sendo assim, nem todos os perguntados citaram ter alguma dificuldade para participar do meio escolar. Como poderemos ver no gráfico abaixo:



A cor número 1 mostra o número de alunos até 10 anos que disseram interagir com os colegas de forma efetiva e inclusiva. A cor de número 2 mostra alunos de 11 a 14 anos de idade onde dois deles disseram haver educação inclusiva e um deles respondeu não existir a educação direcionada à interação de alunos com deficiência e o demais da turma.

Tabela 02 - Questionário aplicado aos familiares que seus filhos não tiveram acesso a educação inclusiva.

Idade	Quantos	Feminino	Masculino	Dificuldades de acesso a escola	Se a escola estava preparada para receber seu filho (a)
De 20 a 29 anos	2	3	2	2	Não
De 30 a 49 Anos	2	1	2	2	Não

Resultado referente ao questionário aplicado aos familiares que seus filhos que não tiveram acesso à escola quando crianças e que hoje enquanto adultos tem as frustrações da exclusão que o ambiente escolar proporcionou. As questões 1,2,3 referem-se ao perfil do usuário, já na questão 4ª, referente à localização, 100% dos entrevistados residem na sede. Na 5ª(quinta) questão todos os entrevistados afirmaram que, ao procurar a escola para incluir seus filhos, receberam as mesmas repostas, que a escola não tinha como acolher aquele aluno. Na 6ª questão os pais e responsáveis reforçam que a escola não estava preparada para receber o aluno com algum tipo de deficiência e, que a falta do acesso à educação causou danos ao desenvolvimento da criança.

Tabela 03 - Questionário aplicado aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial-CAPS.

Idade	Quantos	Feminino	Masculino	Dificuldades de acesso à escola	O não acesso a educação prejudicou sua vida
De 20 a 29 anos	2	3	2	2	Sim
De 30 a 49 Anos	2	1	2	2	Sim

Diante da pesquisa feita aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial que não tiveram acesso a escola, as questões 1,2,3, tratam do perfil do entrevistado,a partir das quais pode-se perceber que, 100% residem na sede do município, na questão 4, 100% relataram que tiveram dificuldade na inserção ao ambiente escolar. Na questão 6 foi comprovado por 50% que faltou sensibilidade dos professores e diretores. Na questão 7, 100% relatam sentirem-se consternados em não ter estudado, na questão 8,100% dos entrevistados relatam que se tivessem estudado saberiam fazer o nome sem ter que sujar os dedos todas as vezes que precisam assinar algo.

3 CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

3.1 Delimitação do problema

No Brasil existe grande índice de escolas sem formas acessíveis de adaptação para trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os aspectos: como arquitetônico, comunicacional, instrumental, programática, metodológica e atitudinal. Essa realidade está associada a diversos problemas sociais, pois uma escola deve ser o ambiente acolhedor onde as crianças aprendam o significado do respeito, da autonomia, da liberdade de expressão, ou seja, do convívio com o outro.

Esses são princípios importantes para uma escola de qualidade desenvolver. A educação inclusiva – consiste na garantia do acesso ao aprendizado adaptado aos conteúdos elaborados para todos em sala aos espaços acessíveis. Fundamentando no decreto 7.611.17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Conforme expresso no Art. 1º do referido decreto:

“O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino.”

A educação inclusiva é direito fundamental, bem como o princípio para aqueles com nenhum tipo de deficiência. Segundo o censo de 2008 houve um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matriculados passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano passado. Estão em classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. (BRASIL, s/d.)

Tomando como base o princípio da educação inclusiva, percebe-se a necessidade de conhecimento que os familiares e alunos da Escola Municipal Presidente Tancredo devem ter relação aos direitos à educação adequada e de qualidade.

O presente plano de intervenção tem como objetivo contemplar a comunidade escolar com informações acerca dos direitos, da educação inclusiva e, sensibilizar os gestores para que se tenha uma política de inclusão efetiva. Esse plano também busca contribuir com o desempenho das crianças e jovens com deficiência para que os mesmos sejam sempre sujeitos de direitos reconhecidos e não tenham seus direitos violados. Com os seus familiares conhecedores destes, pretende-se que os educadores consigam extrair essa invisibilidade humana, a fim de melhorar o acesso dos alunos nas escolas e na sociedade, bem como nos espaços onde não encontramos pessoas com deficiência .

3.2 Justificativa

Após a declaração dos direitos humanos de 1948, o conceito da mesma está ligado a não discriminação dos direitos inerentes à pessoa e formas efetivas de direitos. A partir da Convenção dos Direitos da Criança (ONU 1989), com base na declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN busca-se, neste plano de intervenção, a efetivação das políticas de inclusão na escola em análise.

O Brasil é um dos países com piores condições de acessibilidade e qualidade de ensino no que se refere à educação inclusiva, caracterizado pelas barreiras, arquitetônica, instrumental, programática, mitológica e atitudinal, resultante em falta de acesso aos espaços públicos e convívio social. O município de Nossa Senhora da Glória é a capital do sertão sergipano que tem um grande número de pessoas com deficiência que não estudam atualmente ou que não tiveram acesso à educação devido às barreiras sócias e físicas. As pessoas do referido município têm pouco conhecimento do que vem a ser os direitos referentes à educação inclusiva.

3.2.1 PÚBLICO ALVO

- Pessoas com Deficiência e seus familiares;
- Comunidade Escolar.

3.3 OBJETIVOS

3.3.1 Geral

- Ofertar à comunidade escolar informações acerca dos direitos referentes à educação inclusiva.

3.3.2 Específicos

- Multiplicar conhecimentos no que se refere aos novos decretos e leis para inclusão da pessoa com deficiência na escola;
- Sensibilizar os gestores para uma política inclusiva e efetiva dentro da escola;
- Esclarecer dúvidas pertinentes no que se refere à educação inclusiva;
- Apresentar o projeto em conferências municipais e fórum da pessoa com deficiência.

3.4 Metodologia

A metodologia constrói-se através de temas referente à educação inclusiva na escola e nos demais espaços onde o aluno está inserido de forma inclusiva. Estimulando a participação de alunos e alunas com necessidades educacionais especiais, através de atividades culturais junto aos demais.

A metodologia utilizada para implementação deste plano de intervenção sobre a Educação Inclusiva: “Da exclusão as possibilidades para uma efetiva inclusão”, que será desenvolvido no município de Nossa Senhora da Glória, permitirá que as famílias, crianças, adolescentes, professores e gestores tenham conhecimento que não está sendo implementada uma política inclusiva efetiva de educação no município e que, as consequências desta política fragilizada são resultantes de problemas sociais, gerando mais problemas e transtornos para a população.

O plano terá início com a apresentação do projeto na escola, com uma roda de conversa sobre o tema: educação inclusiva com os familiares, professores e alunos. Após esta apresentação os presentes serão envolvidos através de perguntas pertinentes sobre o assunto, nesse momento será convidado o presidente do Conselho da pessoa com deficiência do Estado, para explicar como estão sendo executadas as ações da política de inclusão no estado e enfatizando sobre aqueles municípios que não possuem conselhos da pessoa com deficiência, como no caso do município de Nossa Senhora da Glória.

3.5 Metas

Sensibilizar 80% de gestores, 100% da comunidade escolar, que também envolve parte da sociedade para que se tenha uma política de inclusão efetiva nas escolas do município.

3.6 Recursos

3.6.1 Humanos

Assistente social – Centro de Atenção Psicossocial-CAPS;
Professores de Filosofia, Português, história, inglês entre outros;
Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

3.6.2 Didáticos

Data Show;
Panfletos informativos sobre o projeto;

3.6.3 Ornamentação

Toalha de mesa;
Água mineral.

3.6.4 Infraestrutura

Espaço de eventos.

3.6.5 Orçamentos

Nome do produto	Quantidade	Valor unitário
Data Show	01	0,00
Espaço de eventos	04	0,00
Toalha de mesa	01	0,00
Folders	1.000	2.50
Total geral= 25		

3.7 Cronograma

Atividades	Maio	Junho	Agosto	Setembro
Elaboração do Projeto	X	X	X	X
Aplicação dos questionários	X	X		
Apresentação na escola				X
Apresentação na Câmara de Vereadores				X
Avaliação				

As atividades que serão executadas são: rodas de conversas com a comunidade escolar, palestras com profissionais da rede de proteção social, dinâmicas de inclusão, socialização e envolvimento dos gestores do município nas atividades.

AVALIAÇÃO

O plano será avaliado pela escola através de palestras semestrais, elaboração de relatório, aplicação de questionários, levando em consideração a temática sobre educação inclusiva. Pretende-se que o mesmo seja aprovado e aceito pela comunidade escolar para que assim seja levado para outras escolas. A proposta será de uma melhor inclusão.

O plano será avaliado de uma forma extensa entre Dezembro de 2014 e Junho de 2015, para que se mantenha a ideia de incorporar o mesmo dentro daquela escola e para que se faça a difusão.

Serão avaliados, a forma de passar a temática, o interesse da comunidade e participação dos familiares dentro da proposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo acerca da educação inclusiva na Escola Municipal Presidente Tancredo Neves, pois segundo alguns estudos, a educação inclusiva tem avançado no que se refere ao número de matrículas, assim como também o nível de recursos e materiais didáticos existentes para trabalhar com essa demanda.

O primeiro passo do trabalho foi identificar, através de estudos, o que é a educação inclusiva por meio de pesquisas documentais, como ela está sendo aplicada na prática, verificar se as crianças e adolescentes com deficiência intelectual estão tendo tratamento inclusivo em sala de aula comum e sala de recursos. A pesquisa buscou diferenciar a situação das pessoas que, hoje são adultas e não tiveram acesso à educação inclusiva, como os jovens que atualmente têm acesso a essa modalidade. Nela identificamos que as crianças e adolescentes que hoje têm acesso à educação inclusiva descobrem outros potenciais em busca de melhoria de vida. Já os que não tiveram acesso relataram as diversas frustrações, consequências de não aceitação na escola quando pequenos, dificultando assim seu progresso na interação social e familiar.

O segundo passo foi a escolha da escola para ser estudada e analisada. Em seguida vieram as entrevistas e aplicações dos questionários para a comunidade escolar.

Diante desse trabalho foram identificados vários pontos que acreditamos aqui ter sido válido para nossa pesquisa, por exemplo, a reforma da escola em junho de 2015, pois desde maio de 2015 quando iniciamos as entrevistas na escola através de disciplinas do curso, ela apresentava difícil acesso para todos que frequentavam. Não possuía rampas de acesso, as calçadas eram altas, os banheiros eram estreitos, a sala de recursos estava fechada e as pessoas com deficiência intelectual estavam sendo assistidas na sala de aula comum e sem um devido direcionamento e atenção.

Em abril foi inaugurada a sala de recursos onde os alunos fazem atividades no contra-turno. As duas professoras têm especialização em educação inclusiva e participam de capacitação sempre que são ofertadas. Durante os momentos que a escola foi visitada pela dupla, percebemos a cada mês, melhoria significativa no processo de mudança, mas sabemos que precisa muito mais, como por exemplo, uma melhor contrapartida da família e dos demais educadores para minimizar os estigmas como “o aluno é da educação especial”, pois sabemos que o aluno é da escola, sendo essa distinção, entre alunos, desnecessária. Entendemos que deve haver um melhor

conhecimento da comunidade escolar referente aos direitos dos usuários e à inclusão dos mesmos além da adaptação da escola ao aluno.

Acreditamos que o ambiente escolar deve buscar formas de incentivar os estudantes com atividades recreativas lúdicas, focando na cultura local, através de atividades musicais e dança, fazendo com que a criança e o adolescente mostrem sua arte, ou desperte sua vocação, buscando, assim, estimular a participação de alunos e alunas com necessidades especiais, através de atividades culturais junto com os demais alunos e alunas. Nesse sentido, é importante que haja a sensibilização das demais escolas do município e dos gestores para que se tenha uma melhor atenção aos cuidados referentes à melhoria, ao acesso à educação para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

As dificuldades encontradas para obtenção de dados foram diversas, sendo que tivemos apoio da comunidade escolar no que se refere à disponibilidade em receber a dupla para responder aos questionários. As alternativas apontadas para desenvolvê-los foram os resultados da realidade dos alunos, que têm deficiência intelectual e seus respectivos genitores assistidos pela educação inclusiva, proporcionando uma melhor qualidade de vida, relacionamento e interpessoal.

Em síntese, esse projeto tem como base, conscientizar as famílias, alunos e professores sobre a importância da educação inclusiva. Com base nesse projeto foi possível verificar o interesse que os professores, professoras, alunos, alunas e familiares possuem, no que se refere aos conhecimentos acerca dos direitos à educação inclusiva e como melhor atender ao público. Diante dessa realidade, pode-se analisar que a escola deve se adaptar para uma educação inclusiva e de qualidade.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. *O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?* Disponível em http://www.psicopedagogavaleria.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=43:deficiencia-intelectual-ou-atraso-cognitivo&catid=1:artigos&Itemid=11. Último acesso em 14/09/2015.

BELO, C.; CARIDADE, H.; CABRAL, L.; SOUSA, R. *Deficiência intelectual: terminologia e conceptualização*. Revista Diversidades, Ano 6, n° 22, outubro-dezembro de 2008. Disponível em http://www.madeira-edu.pt/Portals/7/pdf/revista_diversidades/revistadiversidades_22.pdf#page=4. Último acesso em 14/09/2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. *Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Último acesso em 10 de julho de 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.845 de 05 de março de 2004*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm. Último acesso em 11 de julho de 2015.

BRASIL. *Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Último acesso em 17 de junho de 2015.

BRASIL. Direito à educação: *subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais*/Organização: Ricardo LovattoBlattes. – 2. ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Último acesso em 27 de junho de 2015.

BRASIL. *Política de educação inclusiva*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva>. Último acesso em 26 de outubro de 2015.

DE PAULA, Jairo. *Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio social*. 2ª ed. São Paulo: Jairo de Paula Editora, 2004.

FILHO, Teófilo Alves Galvão; HAZARD, Damien; REZENDE, André Luiz Andrade. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001600/160012por.pdf>. Último acesso em 01 de julho de 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

RAGAZZI, Ivana Aparecida Grizzo. *Inclusão Social: a importância do trabalho da pessoa portadora de deficiência*. São Paulo: LTr, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2002.

SILVA, Mariana Cesar Verçosa; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. *Deficiência Intelectual a partir da abordagem histórico-cultural*. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anaais/2012/anaais/educacaoespecial/deficienciaintelectual.pdf> . Último acesso em 14/09/2015.

UNESCO E MEC – Espanha. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação: sobre necessidades educacionais especiais*. Brasília: CORDE (1994).

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

6 APÊNDICES

6.1 APÊNDICE A- Questionário destinado aos alunos que estão na escola atualmente

Nº _____ (Preenchido do pesquisador)

Data : ____/____/____

Questionário destinado aos Alunos que estão na escola Atualmente

1-Idade
a) De 07 a 10 () b) de 11 a 14 () c) de 15 a 18 () d) mais de 18 ()
2-Sexo() F () M
3- Escolaridade?
4- Onde Mora ?() Sede () Zona rural
5- Tem dificuldades para ter acesso a escola () sim () não
Qual _____
6- Aochegar na escola existe acessibilidade para participar de forma efetiva do meio escolar?
() sim () não qual (quais) _____

7-Existemno corpo docente da escola pessoas capacitadas para educar e socializar as pessoas com necessidades educacionais especiais ?
() Sim () Não

6.2 APÊNDICE B- Questionário destinado aos familiares cujos filhos não tiveram acesso à escola

Nº _____ (Preenchido do pesquisador)

Data : ____/____/____

1. -Idade(do usuario) a) De 20 a 29() b) de 30 a 39 () c) de 40 a 49() d) de 50 a 60 ()
2-Sexo() F ()M
3- Escolaridade? _____ 4- Onde Mora ?() Sede () Zona rural 5- Você acha que a escola estava preparada para receber seu filho ? () Sim () Não 6- Você acredita que a não participação de seu filho na escola causou danos para ele ? Sim () Não ()

6.3 APÊNDICE C -Questionário destinado aos familiares de filhos que não tiveram acesso à escola

Nº _____ (Preenchido do pesquisador)

Data : ____/____/____

Questionário destinado aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS que não tiveram acesso a escola.

1 -Idade
b) De 20 a 29() b) de 30 a 39 () c) de 40 a 49() d) de 50 a 60 ()
2-Sexo() F ()M
3- Escolaridade? _____
4- Onde Mora ?() Sede () Zona rural
5-Teve dificuldades para se matricular na escola () sim () não
Qual _____
_6- O que faltou para você freqüentar a escola ?

7- O que você sente em não ter estudado ?

8-O que poderia ser diferente se você tivesse estudado?

7 ANEXOS

7.1 ANEXO A – Roteiro de entrevista com profissional da rede de proteção



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Curso de Especialização em Direitos Infância-Juvenil no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO
• Idade: • Sexo: • Curso de formação em nível superior: • Ano de formação: • Universidade de formação: • Nível de formação? Graduação, Especialização, Mestrado...
II – FORMAÇÃO
• Por que escolheu essa profissão? • Você teve outras opções? • Em algum momento pensou em trabalhar com crianças e adolescentes? Como?
III – ATUAÇÃO PROFISSIONAL
• Como foi o início da carreira, quais foram as principais dificuldades/surpresas? • Para a sua atuação profissional, o que a graduação não o ensinou? • Sobre o envolvimento de criança e adolescentes em seu trabalho, quais as principais demandas/ocorrências? • Sobre a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes, qual/quais tipo/tipos são frequentemente vivenciados/denunciados/constatado? • Quais os procedimentos utilizados para os registros de casos de violência desde o momento da denúncia? • E, como quais os encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência (acompanhamento, denúncias)? • Qual o seu papel enquanto proteção, garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes? • Como você define seus objetivos profissionais frente às questões impostas? • Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção das questões referentes às crianças e adolescentes? • Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação? • Como você sistematiza os dados e informações da realidade na qual você atua? • Qual a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na intervenção das questões relacionadas às crianças e adolescentes?

IV – PERSPECTIVAS E PROJETOS

- Você desenvolve ou desenvolveu algum projeto que envolva crianças e adolescentes? Sobre qual temática? Como é ou foi o desenvolvimento desta atividade?
- Sobre as questões que envolvem crianças e adolescentes, quais suas perspectivas, reflexões e idealizações?

7.2 ANEXO B- Roteiro de observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA



Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

I – A ESCOLA
Localização (cidade, centro, interior, povoado); Estrutura (reformada ou não, quantas salas de aula, espaços para recreação); Níveis de Ensino ofertados e os turnos Quantidade de alunos Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?);
II – CONTEXTO ESCOLAR
Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilizada?); Grêmio escolar (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?).
III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
Organização e utilização do espaço escolar; Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?); Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?); PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?); Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona; Como é elaborado o Calendário Escolar? A Como é organizado o HTPC(Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas? Como são elaborados os Planos de Ensino? Existem projetos interdisciplinares? Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos? Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais?

Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?
Observações:

7.3 ANEXO C- Termos de consentimentos e livre esclarecidos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO**” que será realizado na “**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES**” trabalho vinculado “**Universidade Federal de Sergipe (UFS)** e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto **GICÉLIA SANTOS ANDRADE E KLEBERSON SILVA SOUZA**, sob orientação da profa. **FLAVIA TENORIO** pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de **NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**, como na **REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

Se depois de participar da entrevista, o Sr (a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone 799954-8859 ou pelo e-mail: giceliandrade@hotmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Maria Cresiane de Almeida, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Maria Cresiane de Almeida
(Assinatura d(a) participante)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, 26/06/2015

Gicélia Santos Andrade
(Pesquisador/a)

Kleberson Silva Souza
(Pesquisador/a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção "EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO" que será realizado na "ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES" trabalho vinculado " Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto GICÉLIA SANTOS ANDRADE E KLEBERSON SILVA SOUZA, sob orientação da profa. FLAVIA TENORIO pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, como na REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Se depois de participar da entrevista, o Sr (a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone 799954-8859 ou pelo e-mail: giceliandrade@hotmail.com .

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Mari Alves da Mata, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Mari Alves da Mata
(Assinatura d(a) participante)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, 14/05/2015

Gicélia Santos Andrade
(Pesquisador/a)

Kleberson Silva Souza
(Pesquisador/a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO**” que será realizado na “**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES**” trabalho vinculado “ Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre A **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto **GICÉLIA SANTOS ANDRADE E KLEBERSON SILVA SOUZA**, sob orientação da profa. **FLAVIA TENORIO** pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de **NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**, como na **REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

Se depois de participar da entrevista, o Sr (a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone **799954-8859** ou pelo e-mail: **giceliandrade@hotmail.com**.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Maria Louciani dos Santos, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Maria Louciani dos Santos
(Assinatura d(a) participante)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, 22/06/2015

Gicélia Santos Andrade
(Pesquisador/a)
Kleberson Silva Souza
(Pesquisador/a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO**” que será realizado na “**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES**” trabalho vinculado “ Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto **GICÉLIA SANTOS ANDRADE E KLEBERSON SILVA SOUZA**, sob orientação da profa. **FLAVIA TENORIO** pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de **NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**, como na **REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

Se depois de participar da entrevista, o Sr (a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone **799954-8859** ou pelo e-mail: **giceliandrade@hotmail.com**.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, M^{te} Cristiana de Lima Oliveira, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

M^{te} Cristiana de Lima Oliveira
(Assinatura d(a) participante)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, 14/05/2015

Gicélia Santos Andrade
(Pesquisador/a)
Kleberson Silva Souza
(Pesquisador/a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EXCLUSÃO ÀS POSSIBILIDADES PARA UMA EFETIVA INCLUSÃO**” que será realizado na “**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES**” trabalho vinculado “ Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto **GICÉLIA SANTOS ANDRADE E KLEBERSON SILVA SOUZA**, sob orientação da profa. **FLAVIA TENORIO** pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de **NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**, como na **REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

Se depois de participar da entrevista, o Sr (a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone **799954-8859** ou pelo e-mail: **giceliandrade@hotmail.com**.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, *Laudice Araújo Farias*, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

Laudice Araújo Farias
(Assinatura d(a) participante)

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, *14/10/2015*

Gicélia Santos Andrade
(Pesquisador/a)

Kleberson Silva Souza
(Pesquisador/a)

7.4 ANEXO D–Carta de compromisso de pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infância-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

- d) informar de imediato a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na INSTITUIÇÃO DE ENSINO (UnB);
- e) manter atualizado, junto INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, seus dados pessoais e escolares.
- f) assinar o presente termo e entregar uma via a cada parte;

Cláusula 7ª: São obrigações da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

- a) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- b) indicar um funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional compatível com a área de conhecimento do estagiário, que deve atuar de forma integrada com o orientador da Universidade de Brasília;
- c) entregar, ao final de realização do estágio, declaração que confirme a presença e participação do aluno/pesquisados.

Cláusula 8ª - O presente Termo de Compromisso de Pesquisa somente poderá ser prorrogado ou alterado mediante assinatura de termo aditivo, podendo, no entanto, ser:

- a) extinto automaticamente ao término do estágio;
- b) rescindido por deliberação da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE ou do Aluno Pesquisador;
- c) rescindido por conclusão, abandono ou trancamento de matrícula do curso realizado pelo estagiário.

Cláusula 9ª - A INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, e o ALUNO PESQUISADOR, signatários do presente Termo de Estágio, de comum acordo com os termos ora ajustados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

_____, _____ de _____ de 2015.

Juliana Santos Andrade *Kleber Silva Souza*
Aluno/Pesquisador

Coordenadora do Curso Escola que Protege

(assinatura e carimbo)

Prof.ª MSc. Joelina Souza Menezes
Coordenadora da RENAESP/SE

Instituição concedente

(assinatura e carimbo)

Escola Municipal Presidente
Tancredo Neves
CNPJ: 01.010.097/0001-32
Avenida Oeste, 440
Póssua Senhora da Oliveira



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenís no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe - UFS Centro Superior de Educação à distância - CESAD
Curso:	Especialização em Direitos Infanto-Juvenís no Ambiente Escolar (Escola que Protege)
CNPJ:	
Endereço:	Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos" Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01
Cidade/Estado:	São Cristóvão / SE

DADOS DO DISCENTE/PESQUISADOR			
Discente/pesquisador: GICELIA SANTOS ANDRADE, KLEBERSON SILVA SOUZA			
Matrícula:		Tel/Cel: 7999548859	
Endereço: RUA ANTONIO PEREIRA DE SOUZA 111,			
Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		CEP: 49680000	
CPF: 84401400534	RG: 32379110	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP	UF: SE
E-mail: giceliandrade@hotmail.com			
Orientador: FLAVIA TENORIO			
Telefone: 799954-8859			
E-mail: giceliandrade@hotmail.com			

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE	
PARA PESQUISAS REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:	
Escola: MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES	
Telefones: (079) 3411-1723	Código Inep: 29401600
Endereço: Avenida Oeste, 440 – Bairro Novo Horizonte	
Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	CEP: 49680000
Diretor ou Coordenador responsável na escola: LEILA INAJARA	
Telefones: 799977-2612	
E-mail: LEILABONEQUINHA2009@HOTMAIL.COM	

2 - Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01 - São Cristóvão - SE - CEP: 49680-000
E-mail: giceliandrade@hotmail.com

7.5 Anexo E – Carta de Compromisso de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
Instituição de Ensino:	Universidade Federal de Sergipe - UFS Centro Superior de Educação à distância - CESAD
Curso:	Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege)
CNPJ:	
Endereço:	Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos" Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01
Cidade/Estado:	São Cristóvão / SE

DADOS DO DISCENTE/PESQUISADOR			
Discente/pesquisador: GICELIA SANTOS ANDRADE, KLEBERSON SILVA, SOUZA			
Matrícula:		Tel/Cel: 7999548859	
Endereço: RUA ANTONIO PEREIRA DE SOUZA 111,			
Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		CEP: 49680000	
CPF: 84401400534	RG: 32379110	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP	UF: SE
E-mail: giceliandrade@hotmail.com			
Orientador: FLAVIA TENORIO			
Telefone: 799954-8859			
E-mail: giceliandrade@hotmail.com			

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE	
PARA PESQUISAS REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:	
Escola: MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES	
Telefones: (079) 3411-1723	Código Inep: 29401600
Endereço: Avenida Oeste, 440 – Bairro Novo Horizonte	
Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	CEP: 49680000
Diretor ou Coordenador responsável na escola: LEILA INAJARA	
Telefones: 799977-2612	
E-mail: LEILABONEQUINHA2009@HOTMAIL.COM	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar
(Escola que Protege)



CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA

- d) informar de imediato a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na INSTITUIÇÃO DE ENSINO (UnB);
- e) manter atualizado, junto INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, seus dados pessoais e escolares.
- f) assinar o presente termo e entregar uma via a cada parte;

Cláusula 7ª: São obrigações da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

- a) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- b) indicar um funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional compatível com a área de conhecimento do estagiário, que deve atuar de forma integrada com o orientador da Universidade de Brasília;
- c) entregar, ao final de realização do estágio, declaração que confirme a presença e participação do aluno/pesquisados.

Cláusula 8ª - O presente Termo de Compromisso de Pesquisa somente poderá ser prorrogado ou alterado mediante assinatura de termo aditivo, podendo, no entanto, ser:

- a) extinto automaticamente ao término do estágio;
- b) rescindido por deliberação da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE ou do Aluno Pesquisador;
- c) rescindido por conclusão, abandono ou trancamento de matrícula do curso realizado pelo estagiário.

Cláusula 9ª - A INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, e o ALUNO PESQUISADOR, signatários do presente Termo de Estágio, de comum acordo com os termos ora ajustados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Messa Sra da Glória 05 de MAIO de 2015.

Joelina Souza Menezes Kleberison Silva Souza
Aluno/Pesquisador

Prof. MSc. Joelina Souza Menezes
Coordenadora do Curso Escola que Protege

(assinatura e carimbo)

Prof. MSc. Joelina Souza Menezes
Coordenadora da RENAESP/SE

Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Instituição concedente

(assinatura e carimbo)
Escola Municipal Presidente
Tancredo Neves
CNPJ: 01.910.097/0001-32
Avenida Oeste, 440
Messa Senhora da Glória/SE

7.6 ANEXOF – Fotos da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves



Foto 01: Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade



Foto 02: Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade



Foto 03: Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade



Foto 04: Fachada da Escola
Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade



Foto 05: Pátio da Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade

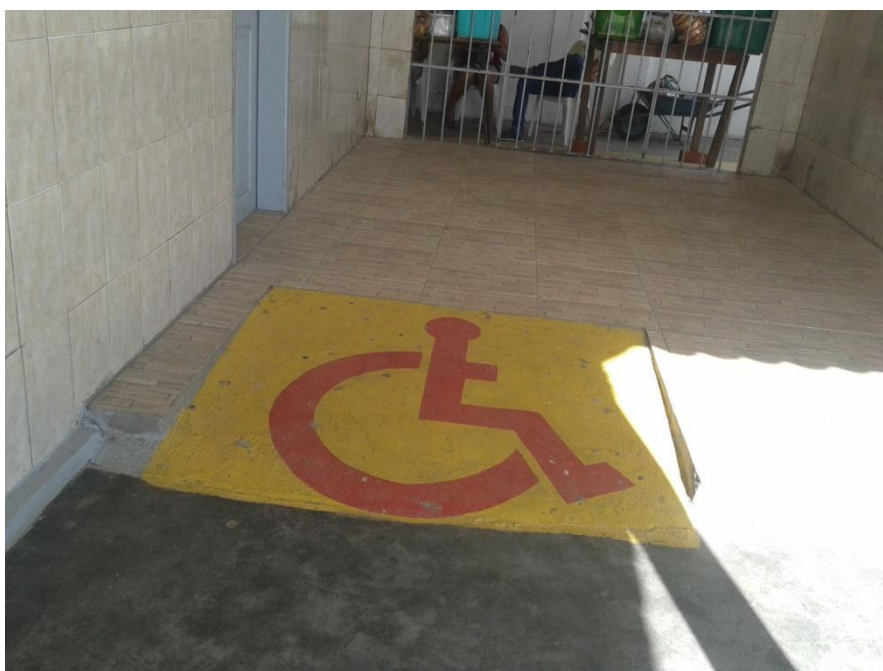


Foto 06: Entrada da
Escola Municipal Presidente Tancredo Neves
Fonte: Gicélia Andrade